

RESOLUÇÃO DA DIREÇÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PARTIDO UNIDADE POPULAR (UP)

Dispõe sobre critérios de distribuição do Fundo Especial de Financiamento de Campanha para as eleições de 2022¹.

Art. 1º - A presente Resolução estabelece os critérios para distribuição do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) para as eleições de 2022.

Art. 2º - Após a aprovação, todas as organizações do partido devem promover ampla divulgação dos critérios aqui fixados por todos os meios que estiverem à sua disposição.

Art. 3º - O total recebido do FEFC recebido pela Direção Nacional da UP será aplicado de modo proporcional ao número de candidatas do partido, observado, em todo caso, o mínimo de 30% (trinta por cento), bem como, fica assegurada a distribuição proporcional entre as candidaturas de pessoas negras e brancas.

Art. 4º - Cabe aos Diretórios Estaduais informarem à Executiva Nacional a relação de candidatas e candidatos e os cargos à que postulam, no prazo de cinco dias após a publicação da presente resolução, a fim de assegurar a efetividade da distribuição da quota parte correspondente a cada candidatura, assegurando o respeito à distribuição proporcional às candidatas, assim como o mínimo de 30% (trinta por cento).

Art. 5º - No ato da prestação de informação do rol de candidaturas registradas, cada diretório deverá informar as contas do órgão de direção para recebimento da parcela destinada ao Diretório.

Parágrafo único - Caso a decisão do Diretório Estadual seja de que as candidaturas recebam diretamente os recursos para oriundos do FEFC, deverão informar à executiva nacional a(s) conta(s) da(s) candidatura(s) destinada(s) exclusivamente a essa finalidade.

Art. 6º - Para recebimento dos recursos de que trata esta Resolução, cada Diretório deverá apresentar 01 (uma) conta específica para uso exclusivo da movimentação financeira relativa aos recursos oriundo do FEFC.

Art. 7º - A utilização dos recursos do FEFC deve ser feita observando o disposto em Lei, devendo-se prezar pela austeridade, e, assegurando, prioritariamente, que todas as candidaturas e todos os órgãos de direção que receberem recursos oriundos do FEFC tenham as condições materiais

¹ Conforme decisão da Executiva Nacional reunida em 06 de agosto de 2022, em Belo Horizonte/MG.

necessárias para fazer frente às despesas relativas à prestação de contas, especialmente com contratação e pessoal especializado para a contabilidade (Contadores) e peticionamento da prestação de contas (Advogados) bem como a assessoria especializada para que haja o fiel cumprimento das normas de regência.

Art. 8º - A proposta de Dotação Orçamentária que deve orientar o Diretório Nacional na distribuição do FEFC, respeitando o que diz o Art. 3º desta Resolução é a que segue:

- a) 46% para a candidatura nacional à Presidência da República;
- b) 50% para as candidaturas majoritárias e proporcionais dos estados;
- c) 4% para que o Diretório Nacional possa reunir as condições de administrar os recursos na conta específica do FEFC, proceder a distribuição para os órgãos e candidaturas devidas, bem como, assegurar a regular prestação de contas, incluídos, para isso, a contratação de pessoal administrativo, contador e advogado.

Parágrafo primeiro - A dotação orçamentária visa orientar a Direção Nacional na aplicação dos recursos devendo a distribuição respeitar as particularidades e as necessidades locais. Desse modo, cabe à Executiva Nacional monitorar a sua destinação podendo promover os ajustes que achar cabíveis, *ad referendum* de 2/3 (dois terços) do Diretório Nacional convocado especificamente para esse fim.

Parágrafo segundo - À Executiva Nacional compete levantar os planejamentos orçamentários locais a fim de assegurar a distribuição dos recursos do FEFC dentro da previsão orçamentária prevista neste artigo, de modo a fazer frente às despesas incluídas nos planejamentos elaborados conjuntamente pelos órgãos de direção locais.

Parágrafo terceiro - A executiva Nacional poderá promover reuniões para assessorar a elaboração dos planejamentos orçamentários locais.

Art. 9º - O Diretório Nacional poderá creditar nas contas de destino às quotas partes devidas a cada organismo ou a cada candidatura de modo parcelado.

Art. 10 - A cada crédito recebido, os órgãos de direção ou candidatos ficam obrigados a prestar contas à Direção Nacional da aplicação dos recursos, bem como, demonstrar que procedeu à devida escrituração na prestação de contas eleitorais.

Art. 11 - Após a aprovação da presente Resolução, a Executiva Nacional deve cuidar para que seja publicada na página na Internet nacional em até 72 (setenta e duas horas).

Art. 12 - Ficam vedados o envio de recursos oriundos do FEFC à estados ou municípios onde não haja candidatos do partido.

Art. 13 - Eventuais recursos à presente Resolução deverão ser

encaminhados à Executiva Nacional no prazo de cinco dias da sua publicação, cabendo à Executiva Nacional submeter ao Diretório Nacional imediatamente posterior, a quem compete o julgamento do recurso, ocasião em que deverá ser observado o quórum de 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) e maioria de 2/3 (dois terços) para deliberação.

Belo Horizonte/MG, 06 de agosto de 2022